

FOCO NAS SOLUÇÕES: ADVOCACY PARA TRANSFORMAR POLÍTICAS PÚBLICAS

COMO COMBINAR BOAS PRÁTICAS E
INCIDÊNCIA MULTISSETORIAL PARA A
PROMOÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
RELEVANTES, INTELIGENTES E DE QUALIDADE.



AGENDA
PÚBLICA

10
ANOS

ÍNDICE

PASSADO, PRESENTE E FUTURO	4
GESTÃO E QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	9
GOVERNO ABERTO	17
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	22
INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO	28
MUNICÍPIOS IMPACTADOS POR GRANDES EMPREENDIMENTOS	32
CAMINHOS PARA O FUTURO	38

INTRODUÇÃO

PASSADO, PRESENTE, FUTURO

Organizações da sociedade civil são espaços de expressão de causas coletivas em torno das quais cidadãos se aglutinam para realizar atividades de interesse público, sem finalidade lucrativa. O papel dessas organizações é absolutamente essencial para as democracias liberais da atualidade, em um contexto social marcado por falhas no provimento de serviços públicos essenciais – previstos pela Constituição Federal –, assimetrias geradas pelo mercado e crise de representatividade política e confiança nas instituições.

No Brasil, as relações entre o poder público e as entidades do terceiro setor também têm se estreitado nas últimas décadas, levando à criação de legislação específica, sendo a mais recente aquela que estabelece o Marco Regulatório do Terceiro Setor, Lei n.º 13.019/14. A cooperação dessas organizações com o setor privado também se intensificou. Estudos¹ apontam para a importância crescente que vem assumindo na sociedade, apesar das sucessivas crises sobre o entendimento do real papel desse segmento.

Considerando que a capacidade de agir em favor de suas causas é a razão de existir das organizações da sociedade civil, este documento busca compartilhar com os parceiros e a sociedade como temos atuado nessa direção. Além do modelo de incidência e seus resultados,

1 - LOPEZ, Feliz Garcia (Org.). Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil. Brasília: IPEA, 2018.



RELAÇÕES PODER PÚBLICO E ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

apresentamos também algumas reflexões que nortearam — e continuam norteando — nossa atuação, a partir de agendas que consideramos estratégicas para o desenvolvimento do país, assim como para a promoção de valores democráticos e republicanos.

No primeiro semestre de 2017, decidimos formalizar a área de agendas estratégicas e advocacy como forma de gerar mais impacto social e diálogo com as esferas da sociedade com as quais atuamos. Assim, de forma muito natural, essas frentes de trabalho foram ocupando um papel cada vez mais relevante no dia a dia da organização.

Toda a reflexão aconteceu à luz da nossa Teoria da Mudança, na qual constam nossas entregas à sociedade; resultados nos curto, médio e longo prazos; estratégias e princípios metodológicos; ações pontuais e continuadas; e diretrizes de nosso relacionamento com públicos estratégicos a partir de um modelo de advocacy multisetorial pautado em soluções aplicadas. Isso reforça nossa proposta de atuação, voltada à resolução de problemas complexos e à implementação de políticas e demais ações coordenadas.

O resultado desse trabalho de advocacy está em suas mãos. São histórias que se misturaram a importantes capítulos da trajetória do Brasil nos últimos anos. Por isso, são também

experiências muito pessoais; uma parte da vida de gente comprometida com mudanças das quais o país depende. Para a equipe e, certamente, para os parceiros que aceitaram participar do relato dessas histórias, contar tudo isso foi um momento de emoção e consciência, assim como uma oportunidade de compartilhar aprendizados sobre a complexa tarefa de sonhar e construir juntos melhores amanhãs.

Como organização, nosso objetivo é gerar repertórios de soluções que inspirem a sociedade, as políticas públicas e os tomadores de decisão na forma de um convite para a construção de uma nova geração de serviços públicos, mais inteligentes, simples e humanos. Portanto, não estamos aqui simplesmente para mostrar o quê ou como fazer, mas para encontrar, juntos, as melhores experiências, aprendizados e janelas de oportunidade, tanto técnicas quanto políticas, a fim de fazer acontecer esse grande propósito comum.

São essas histórias de busca e compreensão conjunta que você encontrará neste documento. Sintam-se convidados para fazermos acontecer.

Sergio Andrade
Diretor Executivo

NOSSA MISSÃO

Fortalecer equipes, instituições e territórios, ampliando capacidades, oportunidades e bem-estar para um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

NOSSOS PRINCÍPIOS

- # ênfase na implementação
- # visão tecnopolítica
- # fazer junto
- # inovação social
- # sustentabilidade
- # participação social
- # transparência

No ano de 2018, a Agenda Pública conduziu um processo interno para revisão de sua Teoria da Mudança, que tem como objetivo de impacto “SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE E DIREITOS FUNDAMENTAIS ASSEGURADOS PARA TODAS AS PESSOAS”. Nesse sentido, definiu estratégias, perfil de públicos e campos de incidência. Desse trabalho essencial nasce mais um produto: uma publicação sobre nossas principais experiências em advocacy e frentes estratégicas.



CAPÍTULO 1

GESTÃO E QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

UMA BANDEIRA QUE PERTENCE A TODA A SOCIEDADE

Solucionar problemas públicos significa atuar em conjunto com governos e diferentes atores sociais, inclusive não-tradicionais, a fim de promover visões comuns, construir maior entendimento e superar a fragmentação tão característica no processo de implementação de políticas públicas. Afinal, coordenação e cooperação importam, e muito, para explicar o sucesso ou insucesso de uma política pública! Por exemplo, a dificuldade de diálogo entre estado e município ou entre diferentes secretarias pode atrasar ou interromper um programa, afetando a qualidade final dos serviços que a população recebe. Problemas

de regulação ou entendimento entre equipes também podem criar dificuldades na prestação dos mais diferentes serviços públicos, mesmo aqueles prestados por concessionárias, responsáveis por serviços como transporte, saneamento, água ou energia.

Por isso, fortalecer capacidades, mecanismos de coordenação e cooperação entre instituições e também entre equipes é uma das estratégias da Agenda Pública – parte de sua potência motriz – para construir melhores serviços públicos. Além da atuação direta por meio de projetos, nosso trabalho envolve desde a participação em redes, conselhos

e coalizões para troca de experiências até a construção conjunta e disseminação de conhecimentos e aplicação de metodologias para gerar respostas eficientes para problemas complexos nos territórios. É para esses espaços que levamos nossos aprendizados, influenciando e sendo influenciados, ampliando o impacto e o legado direto obtido na atuação local. Afinal, para cada região em que atuamos, há outras centenas de municípios e milhões de cidadãos que também apresentam as mesmas demandas. A escala do desafio, portanto, requer mais cooperação.

Porém, tudo isso é uma missão desafiadora frente a um cenário de insatisfação da sociedade com a prestação de serviços públicos no Brasil, os quais, de acordo com estudos, são mal avaliados. O ecossistema da política institucional é observado pelos cidadãos com muita desconfiança. Uma pesquisa da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV/DAPP, 2017) mostra insatisfação geral com o sistema: falta de confiança generalizada na figura do presidente (83%), nos políticos (78%) e nos partidos (78%) são alguns dos apontamentos.

Contudo, segundo esta mesma pesquisa, apesar da desconfiança geral, a população reconhece o papel e deseja atuação qualificada do Estado para diminuição de desigualdades sociais, fortalecimento da economia e garan-

tia à proteção básica — saúde, segurança e educação. Em suma: deseja sua ação, mas não confia no trabalho que cerca sua operação.

Esse terreno é cheio de nuances, pois, muitas vezes, a visão do problema é simplista, atribuindo a um único agente ou órgão a solução de algo bem mais complexo, que por sua natureza apresenta múltiplas interfaces e nexos de causalidade não tão evidentes. Um exemplo disso é a evasão escolar. De quem é a responsabilidade por enfrentá-la? À primeira vista, podemos dizer que a competência exclusiva é da área de educação. Porém, para explicar esse grave problema importa saber também as condições da família e a situação de vulnerabilidade — dimensões que dependem de outras áreas ou esferas de governo ou da atuação da sociedade civil. Aqui entra o trabalho da Agenda Pública, em conjunto com os nossos aliados.

Frente a cenários complexos e multifacetados, que envolvem tantos aspectos e setores da sociedade, a Agenda Pública tem buscado consolidar soluções e instrumentos indutores de transformação que promovam práticas inovadoras na gestão pública. Uma governança mais ágil, co-produção de soluções e novos modelos de trabalho inter e multissetorial estão na pauta dessas transformações.

COOPERAR PARA TRANSFORMAR

Uma importante prática concretizada na trajetória da Agenda Pública é o ODSLab, um instrumento de advocacy que, diante de um problema, tem como papel gerar soluções concretas com alto potencial de implementação — tudo a partir da compreensão dos diferentes ângulos e narrativas. Promove, entre os envolvidos na questão a ser tratada, o diálogo e a construção de visões comuns sobre os desafios e os caminhos para a solução.

A iniciativa nasceu com o objetivo de propor respostas aos complexos desafios apresentados pela Agenda 2030 no Brasil e no mundo para implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas. Trabalhando em contextos locais muito definidos, delimitados territorialmente, a iniciativa envolve aqueles atores que são parte do problema e da solução. Coloca lideranças e representantes dos diferentes setores da sociedade à mesa para, juntos, criarem caminhos que avançam na solução de desafios concretos — mobilidade urbana, produção e consumo mais sustentáveis, desenvolvimento

econômico local e inclusão produtiva, acesso à água de qualidade, entre outros.

Apesar de trabalhar objetivos de desenvolvimento distintos, a perspectiva dos cidadãos diretamente envolvidos naquela realidade e a apresentação de experiências ou inspirações correlatas é parte central da metodologia. Estimula a empatia e é um convite para que os participantes colaborem sob vários prismas: resolvidores de problemas, cidadãos e partes interessadas.

Vale lembrar que o ODSLab promove a cooperação entre governos, sociedade civil e empresas, entendendo que estabelecer esse tipo de construção multissetorial é fundamental para implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de forma efetiva. Em sua essência, é uma abordagem que dialoga de forma muito confortável com o modelo de trabalho da Agenda Pública e com sua missão como organização que atua pelo interesse público.

UMA AGENDA URGENTE

Em 2018, a urgência de políticas públicas para lidar com a situação dos refugiados motivou a realização de uma edição específica do ODS-Lab pelo Governo do Estado de São Paulo. O encontro, realizado nos dias 28 de fevereiro e 1º de março, reuniu representantes de governos, organizações da sociedade civil, empresas e refugiados para discutir o desafio da integração dos estrangeiros que chegam ao estado.

Ana Paula Fava, assessora especial para Assuntos Internacionais do Governo do Estado

de São Paulo, afirma que o processo foi muito proveitoso e já gerou frutos.

“Sempre tivemos em nossa área muita autonomia para reunir pessoas do governo e já tínhamos realizado quatro workshops internos com representantes de diversas secretarias para discutir os ODS. Mas o diferencial do trabalho desenvolvido pela Agenda Pública com o ODSLab é ter uma técnica, uma metodologia de trabalho, e reunir também pessoas externas de diversos setores”, destaca.

“ O DIFERENCIAL DA AGENDA PÚBLICA É SUA CAPACIDADE DE REUNIR, EM UM MESMO TRABALHO, REPRESENTANTES ESTRATÉGICOS DE DIVERSOS SETORES DA SOCIEDADE, ESTIMULANDO A COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO ENTRE ELES. ”

Ana Paula Fava, assessora especial para Assuntos Internacionais do Governo do Estado de São Paulo

A partir do trabalho do ODSLab, seus participantes criaram um mapa da integração de serviços e processos de atenção aos imigrantes. Esse documento foi discutido no Comitê Estadual de Direitos Humanos, que criou um subgrupo específico para desenvolver as ações previstas.

Como evolução do Mapa, em dezembro de 2018 foi lançado o Guia do Imigrante, que re-

úne todos os serviços disponíveis que podem ser necessários para quem chega ao estado. Ana Paula explica que o nome “imigrante” foi adotado porque leva tempo até se obter o status de refugiado – há pessoas que não se encaixam nessa condição, mas todos os estrangeiros que chegam a São Paulo para viver podem usufruir desses recursos.



INDUZINDO TRANSFORMAÇÕES NO SETOR GOVERNAMENTAL

Outra solução que contribui para promover mudanças efetivas no setor público é o **Open Master**, modelo de formação inovadora realizada pela **Escola de Políticas Públicas**, braço educacional da Agenda Pública. Cada edição tem um tema específico, com problemas concretos que demandam soluções. A partir das inscrições recebidas, são selecionados grupos interdisciplinares com até 20 pessoas, oriundas de diferentes setores e cujos perfis têm o potencial de gerar mudanças nas áreas em que atuam.

Em oito semanas e cinco encontros presenciais, cada participante sai de um tema abrangente e chega a soluções concretas, apresentadas na forma de um case aplicável à gestão pública. Durante toda a formação são realizadas, semanalmente, mentorias on-line com cada participante, conectando-os com um especialista no assunto.

Daniela Coimbra Swiatec, coordenadora do Laboratório de Inovação em Mobilidade da Prefeitura de São Paulo (MobiLab), participou em 2018 como mentora da edição do Open Master que teve como tema “Qualidade nos Serviços Públicos”.

Segundo ela, a formação é muito importante para trazer inovação aos governos. Daniela faz uma analogia do processo do Open Master com o apoio que empresas privadas vêm ofe-



recendo a startups e que ajuda a trazer novas ideias para as corporações.

“As discussões foram muitas ricas. A composição do grupo fez toda a diferença. São pessoas de diferentes origens e experiências profissionais que trazem um novo olhar para a organização pública”, afirma.

“**GRANDES EMPRESAS TÊM APOIADO STARTUPS PARA INSPIRAR SUAS PRÁTICAS E TRAZER UM REFRESCO A SEUS PROCESSOS. O OPEN MASTER TEM O MESMO BENEFÍCIO PARA O SETOR PÚBLICO, APROXIMANDO GENTE NOVA E IDEIAS INOVADORAS DA GESTÃO.**”

Daniela Coimbra Swiatec,
coordenadora do MobiLab

ARTICULAÇÃO: SOLUÇÕES EM ESCALA

Outra forma de estimular inovações no setor público é participando de redes e coalizões que possibilitem a troca de experiências e o envolvimento de diferentes setores da sociedade em busca de soluções. Esse interesse e essa vocação estão no DNA da Agenda Pública.

Juntamente com a Escola de Políticas Públicas, integra a InovaGov – Rede de Inovação no Setor Público. A iniciativa reúne mais de uma centena de órgãos públicos, setor privado, organizações da sociedade civil e academia. Uma de suas principais ações é a Semana Nacional da Inovação, que já contou com quatro edições. A última delas, realizada em novembro de 2018, teve como tema “Serviço Público para o Futuro”.

Também em 2018, a Semana do Serviço Público – criada pela Agenda Pública para discutir o papel e as mudanças pelas quais passam a área no Brasil – realizou debates a fim de pensar soluções práticas para grandes problemas brasileiros no Festival de Inovação e Impacto Social (FIIS), promovido pelo jornal Folha de S. Paulo.

A Agenda Pública organizou a programação aberta do festival, realizado em Poços de Caldas (MG), buscando conectar empreendedores

sociais e ampliar o impacto de sua atuação por meio da sinergia com políticas públicas. Além disso, o propósito era estabelecer um diálogo direto com a cidade e seus problemas, articulando ideias e soluções. Para isso, a Agenda realizou uma chamada pública e curadoria de exemplos de inovações sociais na prática, já implementadas há pelo menos um ano, resultado da articulação entre governo, sociedade civil e setor privado, responsáveis por trazer novas soluções para os grandes desafios do país e da população em geral.

As soluções e os debates contemplaram diversos eixos temáticos: qualidade do serviço público, educação, geração de emprego e renda, segurança pública, saúde, educação e inovações democráticas. Os participantes foram os mais diversos: Instituto Coca-Cola, Delibera Brasil, ADESAMPA – Agência São Paulo de Desenvolvimento, Fundação Avina, Instituto Igarapé, Comunitas, entre outros.

DISSEMINANDO CONHECIMENTO SOBRE GESTÃO PÚBLICA

Com o objetivo de divulgar boas práticas e informação de qualidade sobre inovações em políticas públicas, a Agenda Pública e a Escola de Políticas Públicas criaram o Blog Gestão Pública.²

O canal foi pensado especialmente para gestores, estudantes, pesquisadores, investidores sociais e aos cidadãos interessados em iniciativas no campo político no Brasil.

Durante aproximadamente um ano, o blog foi abastecido com informações sobre experiências no campo social com o objetivo de inspirar novas ações.

Os relatos sobre temas como administração pública, finanças, governo aberto, planejamento e orçamento, políticas públicas e investimento social privado, entre outros, continuam disponíveis para consulta.

2 - o Blog Gestão Pública:
www.gestaopublica.org.br.

CAPÍTULO 2

GOVERNO ABERTO

TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E COPRODUÇÃO
DE SOLUÇÕES: PEÇAS-CHAVE NO COMBATE
À CORRUPÇÃO E FORTALECIMENTO DA
DEMOCRACIA

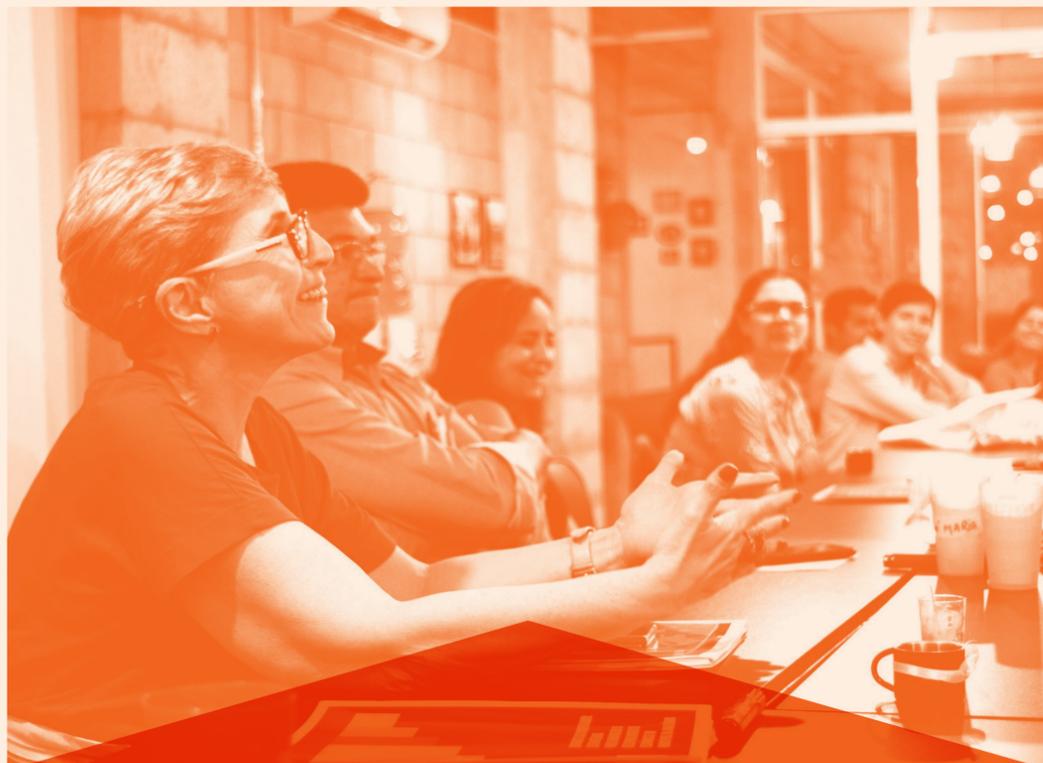
Em 2018, a Agenda Pública foi selecionada para compor o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC) da Controladoria-Geral da União (CGU) na categoria “Projeto de fomento em transparência, acesso à informação ou governo aberto”.

O CTPCC tem como finalidade debater e sugerir medidas de aperfeiçoamento e fomento de políticas e estratégias no âmbito da administração pública federal, no que se refere aos assuntos listados no artigo 1º do Decreto n.º 9.468/2018:

- enfrentamento da corrupção e da impunidade;
- fomento da transparência e do acesso à informação pública;
- promoção de medidas de governo aberto, integridade e ética nos setores público e privado; e
- controle social para acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos públicos.

A relação da Agenda Pública com o tema é antiga. Sua participação no CTPCC é reflexo de um conjunto de ações que a instituição tem





empreendido nos temas transparência, integridade e inovações no campo da participação social – importante tripé na agenda do combate à corrupção.

A organização trabalha com a CGU desde a realização da última Open Government Partnership (OGP) realizada no Brasil, quando foi responsável pela implementação do projeto de cooperação técnica entre o governo do Reino Unido e o Brasil, iniciativa que contribuiu para o aprimoramento de diversos mecanismos de transparência existentes no país atualmente, entre eles o E-SIC, portal de acesso a informações do governo federal.

A Agenda Pública também participou da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial), cujo tema foi “A Sociedade no Acompanhamento e Controle da Gestão Pública”. O processo nacional da Consocial, coordenado pela CGU, contemplou etapas preparatórias de julho de 2011 a abril de 2012 em todo o Brasil, mobilizando diretamente mais de 150 mil cidadãos, os quais foram representados por cerca de 1,2 mil delegados na etapa nacional, que ocorreu em Brasília entre 18 e 20 de maio de 2012.



agenda

=

08

fundadores



75

países

PARCERIA PARA GOVERNO ABERTO

A OGP – Parceria para Governo Aberto na tradução para o português – é uma iniciativa internacional criada no âmbito da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2011, tendo como líderes Brasil e Estados Unidos. Desde então, a agenda passou de oito países fundadores para 75, transformando-se em um movimento global que alcança todos os continentes e estimula a aproximação entre cidadãos e governo a fim de que este seja mais efetivo e acessível.

Em seus princípios, a Parceria para Governo Aberto considera que governos e sociedade civil devem, de forma conjunta, promover a transparência, empoderar os cidadãos, prevenir a corrupção e desenvolver novas tecnologias para o aprimoramento da governança. Para isso, os governos membros da OGP desenvolvem e executam – em colaboração com organizações da sociedade civil – um Plano de Ação com compromissos que traduzem ações e políticas concretas para torná-los mais abertos.³

A OGP é uma das agendas de atuação da Rede pela Transparência e Participação Social (RETPS), da qual a Agenda Pública também faz parte. A Rede está entre as organizações

eleitas recentemente para compor o Grupo de Trabalho para assessoramento do Grupo Executivo do Comitê Interministerial Governo Aberto. Uma de suas atribuições será trabalhar no monitoramento do 4º Plano de Ação Nacional e na elaboração do 5º Plano de Ação Nacional.

Ao não impor um modelo top-down (de cima para baixo) para construção de políticas governamentais, a OGP incentiva governos e a sociedade civil locais a desenharem juntos as prioridades a serem trabalhadas, considerando contexto e especificidades de cada comunidade. Esse processo permitiu avanços e diversos exemplos de boas práticas replicáveis em outras regiões.

São Paulo entra nesse contexto a partir de 2016, quando a OGP decidiu realizar um programa piloto para governos subnacionais e permitir o ingresso de cidades, estados e condados locais como novos membros. Em abril de 2016, o município paulista foi um dos 15 escolhidos para integrar o programa piloto e construir, em parceria com a sociedade civil local, um Plano de Ação com compromissos de governo aberto para o município.

³- Os planos de ação nacionais possuem duração de até dois anos.

PARTICIPAÇÃO NA RETPS

Desde 2017, a Agenda Pública integra a RETPS, constituída por organizações da sociedade civil e indivíduos que atuam para ampliar a transparência do poder público, bem como para estimular a sociedade a participar e a exercer maior controle social sobre as políticas públicas.

Entre os principais temas de atuação da rede, destacam-se **Lei de Acesso à Informação (LAI)**, transparência orçamentária, dados abertos, Parceria para Governo Aberto, ferramentas digitais para auxiliar o cidadão, além de propostas priorizadas na 1ª Conferência sobre Transparência e Controle Social (Consocial).

Além da Agenda Pública, fazem parte da rede outras organizações e coletivos tais como Ação Educativa, Artigo 19, Instituto Ethos, Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), Rede Nossa São Paulo, Transparência Internacional – Brasil, entre outras.

Para Joara Marchezini, coordenadora da área de acesso à informação da Artigo 19, a atuação em rede promove uma otimização de recursos que será ainda mais fundamental no atual contexto



de transição de governo: “A importância da RETPS será enorme no contexto dos próximos governos porque a sociedade civil como um todo vai ter que se fortalecer e se alinhar [...]. Estamos vivendo um contexto de diminuição dos recursos para as organizações brasileiras e temos que atuar em rede para fortalecer nosso potencial, compartilhando conhecimento, experiência e outras ferramentas. Nesse sentido, a RETPS é um espaço interessante porque tem organizações com perfis de atuação muito diversos que se somam.”

Em sua **Carta de Princípios**, a RETPS opta por uma atuação horizontal e colaborativa, estabelecida por uma dinâmica de reuniões periódicas e grupos de trabalho (GTs).

A Agenda Pública atua de forma ativa na rede, por meio da participação em eventos e espaços considerados importantes, visando contribuir com o debate pertinente aos temas de governo aberto, participação e controle social.

Membros da RETPS integram, ainda, o Conselho Estadual de Transparência. Segundo Joara, a atuação da rede também foi muito importante na formulação do projeto de lei que prevê a criação

do Conselho Municipal de Transparência e Controle Social de São Paulo.

Além disso, ela afirma que a rede teve participação relevante na implementação da Lei de Acesso à Informação no cenário nacional, mas, principalmente, em São Paulo. “Todo ano nós fazemos vários debates sobre a implementação da LAI. Então, a rede tem essa função muito importante de divulgar a lei em espaços que não necessariamente estamos. Fazemos oficinas conjuntas, atuamos nos planos plurianuais no estado de São Paulo, enfim, a atuação da rede nos temas de governo aberto é fundamental. A dinâmica de atuação em rede deve aumentar muito no atual contexto e a gente já tem isso como forte estratégia.”

A RETPS elaborou e utiliza um **modelo de Painel de Acompanhamento de Solicitações de Acesso a Informações Públicas** que pode ser útil para organizações e cidadãos que necessitem lidar de modo organizado e sistematizado com protocolos, prazos para recursos e todo o fluxo envolvido no devido acompanhamento de solicitações de acesso a informações públicas. O instrumento é de livre acesso.

OPEN MASTER E OUTRAS AÇÕES

A capacidade de adaptação do Open Master (saiba mais na página 14) aos diferentes desafios da gestão pública pode ser ressaltada também quando o assunto é transparência. O programa de formação dedicou uma edição inteira à solução de problemas voltados ao tema “Governo Aberto: Transparência e Participação nos Municípios”. Com 18 trabalhos finais, foram levantadas reflexões importantes sobre como implantar uma agenda de governo aberto na prática.

Como mais uma forma de fortalecer o debate sobre este tema, a Agenda Pública também participa de iniciativas como a Conferência Ethos, realizada anualmente desde 1999. É considerado um dos maiores eventos sobre sustentabilidade na América Latina e um dos maiores do mundo. O encontro promove o diálogo entre empresas, organizações da sociedade civil, governo e academia para discutir as mais relevantes tendências nacionais e globais do desenvolvimento sustentável, aplicando-as à realidade das organizações.

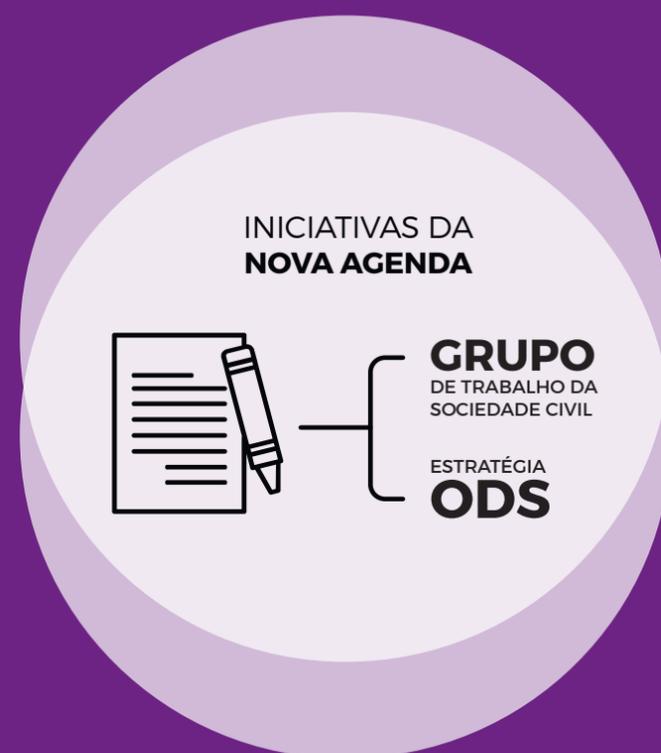
CAPÍTULO 3

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AGENDA DE DESENVOLVIMENTO DA ONU TANGIBILIZA OS PRINCIPAIS DESAFIOS DO BRASIL E DO RESTO DO MUNDO

A atuação em prol da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), agenda da Organização das Nações Unidas (ONU) com metas a serem cumpridas pelos 193 países-membros até 2030, é um dos carros-chefe da atuação da Agenda Pública no último período.

A organização teve um envolvimento importante no processo de municipalização da agenda precedente da ONU, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Ao longo da transição para a Agenda 2030 e os ODS, a Agenda Pública participou da criação de duas iniciativas importantes diante do novo contexto: a Estratégia ODS e o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030.



ESTRATÉGIA ODS

Para dar conta dos desafios elencados pela nova agenda, o Brasil lançou a Estratégia ODS, uma coalizão de organizações da sociedade civil, do setor privado e de representantes de governos nacional e subnacionais. O objetivo da plataforma é mobilizar, discutir e propor meios de implementação dos ODS que contemplem medidas efetivas para obter avanços nas diferentes dimensões que compõem a Agenda 2030.

A relevância da Estratégia ODS permitiu que ela fosse uma das redes contempladas pelo edital da União Europeia, que destinou 1,5 milhão de euros ao Brasil mediante essa iniciativa. Será um dos mais importantes esforços para a implementação da nova agenda da ONU no país, com um número de 150 municípios e 400 organizações diretamente impactados.

O objetivo específico é fortalecer esta rede de referência em articulação multissetorial a fim de ampliar e qualificar a participação e incidência da sociedade civil na implementação dos ODS e da Agenda 2030 no Brasil.

O foco é a redução das desigualdades de gênero, geracional e étnico-racial. A Agenda Pública, enquanto parte do Comitê Executivo do projeto — que vigera até 2021 —, além de responsável pela Secretaria Executiva da Estratégia ODS, tem um papel primordial na execução do projeto da União Europeia.



“ACREDITAMOS NO DIÁLOGO, NA REALIZAÇÃO DE AÇÕES CONJUNTAS PARA O ALCANCE DOS ODS.”

Carlo Pereira, secretário-executivo da Rede Brasil do Pacto Global

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030

O GT SC A2030 é outro espaço de mobilização no qual a Agenda Pública está presente. A rede reúne mais de 40 organizações da sociedade civil, movimentos sociais e coletivos de grande relevância em suas respectivas áreas de atuação que têm se articulado em diversas ações de incidência, sobretudo nos âmbitos nacional e internacional.

Um dos resultados da ação do GT foi a produção do Relatório Luz, que monitora a implementação dos ODS no Brasil. A produção do documento, que caminha para a sua terceira edição, foi motivada pela publicação de um relatório feito pelo governo federal na ocasião do Fórum Político de Alto Nível da ONU, em 2017, o qual, segundo o grupo, trazia uma análise incompleta dos indicadores brasileiros.



OBSERVATÓRIO DO FUTURO

Outro destaque do trabalho da Agenda Pública nessa frente foi a criação do Observatório do Futuro, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), elaborado com o apoio da organização para auxiliar o estado e as prefeituras na implementação da Agenda 2030 e acompanhar a evolução desse processo nos dois níveis de governo.

O observatório representa um avanço do ponto de vista da prática do controle, pois estimula uma visão não apenas baseada em procedimentos, mas na efetividade das ações realizadas pelo estado e municípios. Desse modo, é possível, a partir de evidências, sugerir e avaliar caminhos que permitam aos gestores serem mais efetivos na condução dos gastos.

Para isso, o núcleo de monitoramento dos ODS desenvolverá estudos e atividades de formação de servidores, colaborando ainda na sistematização e divulgação de dados e de boas práticas. Uma cartilha já foi elaborada para explicar o que são os ODS e como o TCE-SP pode ajudar prefeitos e governo do estado a aderir ao projeto.

A Agenda Pública também participou da edição do Ciclo Anual de Aperfeiçoamento do Pessoal de Fiscalização (CAAPEFIS), maior evento realizado pelo TCE-SP para formar auditores de contas.

Para Carlo Pereira, secretário-executivo da Rede Brasil do Pacto Global, o papel de cada setor na composição de uma ação conjunta é fundamental para o alcance dos objetivos. “Acreditamos no diálogo, na realização de ações conjuntas para o alcance dos ODS. Só assim, conseguiremos avançar dentro dos objetivos da Agenda 2030. É essa a proposta do ODS 17, que aborda as parcerias e meios de implementação, destacando a importância de uma cooperação ampla, que inclua todos os setores interessados e as pessoas afetadas pelos processos de desenvolvimento.”

O secretário ressalta, ainda, a importância das articulações locais na estratégia de implementação dos ODS nacionalmente, já que a execução das ações se dá localmente, sobretudo nos municípios.

REDES E OUTROS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO SOBRE OS ODS

FRENTE PARLAMENTAR

Uma das conquistas das quais o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 participou foi a criação de uma Frente Parlamentar Mista de Apoio aos ODS. A plataforma foi lançada em dezembro de 2016.

GT ODS DO PACTO GLOBAL

A Agenda Pública também atua com o Grupo de Trabalho do Pacto Global das Nações Unidas dedicado aos ODS, participando das suas reuniões e contribuindo, dessa forma, com o debate promovido pelo investimento social privado em torno da agenda.

METRO ODS

Observatório cujo objetivo é identificar, disseminar e monitorar indicadores relacionados ao ODS 11 (Cidades e Comunidade Sustentáveis) nas principais regiões metropolitanas do Brasil. A iniciativa reúne instituições de diversos setores.

TOGETHER 2030

Iniciativa global para produzir e compartilhar conhecimento sobre a Agenda 2030 por meio de eixos de trabalho ligados a sensibilização, fortalecimento de capacidades e mobilização de recursos; convocação de plataformas mul-

tisetoriais; criação de comunidades de prática em torno de aspectos técnicos de implementação; criação de uma plataforma de conhecimento; acompanhamento e relatórios sobre posições, prioridades e ações concretas; facilitação, apoio e promoção de ações de advocacy globais, regionais e nacionais; e promoção de uma arquitetura global de apoio para implementação e prestação de contas relacionadas à Agenda 2030.

UNLEASH

Ainda no âmbito de sua atuação sobre a Agenda 2030, a Agenda Pública esteve presente na segunda edição do UNLEASH, realizada em Cingapura. Trata-se de um laboratório global de inovação que reúne cerca de mil pessoas anualmente para formular soluções que atendam aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. O evento já foi realizado na Dinamarca e em Cingapura e passará por outros países nos próximos anos.

ODSLAB

(Saiba mais na página 11)

Assim como outros produtos da área de advocacy da Agenda Pública, o ODSLAb é um instrumento de uso diversificado. A iniciativa se configura como uma ferramenta de incidência estratégica para a concretização da Agenda 2030, pela viabilidade de gerar solu-

ções para problemas complexos em diferentes áreas e assuntos relacionados aos ODS – como migrações, saneamento, mobilidade, transparência etc.

Cada edição é dedicada a um ODS específico, para a localidade em questão, com foco em resultados práticos e duradouros, engajando representantes de diferentes setores da sociedade – governos, sociedade civil, setor privado e academia. A criação de Ações de Impacto Rápido, com a sistematização de soluções de baixa complexidade e impacto mensurável no curto prazo, é um dos produtos dos laboratórios.

ACTION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT

A A4SD é uma plataforma global da sociedade civil para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável composta por quatro fluxos de trabalho: Política e Advocacy; Monitoramento e Transparência; Soluções Inovadoras; e Mobilização Pública.



CAPÍTULO 4

INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

O SENTIDO PÚBLICO DA ATUAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DE EMPRESAS, INSTITUTOS E FUNDAÇÕES

A Agenda Pública aposta em projetos e parcerias que contribuam para posicionar o Investimento Social Privado (ISP) como indutor de boas práticas de relacionamento entre sociedade civil e gestão pública a fim de garantir soluções para demandas de interesse público.

Nessa perspectiva, o ISP assume relevante papel relevante de promotor de causas sociais, ambientais e culturais, tendo seu potencial de impacto multiplicado quando realizado de forma articulada a políticas públicas. Em contextos em que essa articulação ocorre, são observados avanços de agendas de interesse público, maiores possibilidades de inovação e ampliação de escala.

Os dados do Censo GIFE 2016 evidenciam que há interesse dos investidores sociais privados em alinhar suas ações e estratégias às políticas públicas e revelam uma ampla diversidade de formatos para esse alinhamento.

Para que tal entendimento e cenário se efetivem, desde 2017 a Agenda Pública e o Grupo de Institutos e Fundações Empresariais (GIFE) vêm construindo um trabalho estratégico comum, com diversas iniciativas que buscam contribuir para o debate e para a prática de estabelecimento de relação entre o investimento social privado e as políticas públicas, entendendo quais os desafios envolvidos nesse alinhamento e as potencialidades de fortalecimento mútuo.

“

O INTERESSE PÚBLICO ESTÁ NA ESSÊNCIA DO SENTIDO DA AÇÃO DE FILANTROPIA E DE ISP, SE OS ENTENDEMOS COMO EMPENHO DE MOBILIZAR ESFORÇOS PRIVADOS PARA FINS PÚBLICOS, OU SEJA, ENFRENTAMENTO COLETIVO PARA DESAFIOS COLETIVOS, BUSCANDO O MÁXIMO DE IMPACTOS POSSÍVEIS. PRODUZIR ESSA CONTRIBUIÇÃO É A PRÓPRIA ESSÊNCIA DA DEMANDA

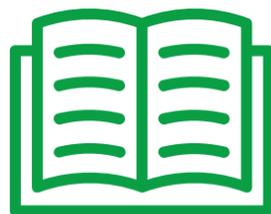
”

argumenta José Marcelo Zacchi, secretário-geral do GIFE.

ATUAÇÃO DIVERSIFICADA

Como parte do esforço conjunto, GIFE e Agenda Pública se uniram com o propósito de construir reflexões, conhecimento, narrativas e caminhos para o desenvolvimento dessa agenda, observando os temas em que o investimento social privado é menos presente no Brasil e nos quais sua atuação, relevância e impacto são ainda menos óbvios, mas que possuem grande potencial de ser um vetor de promoção de desenvolvimento no país.

“No GIFE, temos feito um esforço em três dimensões: expandir e diversificar o campo, desenvolvendo diferentes frentes de investimento e atuação com indivíduos e famílias, empresas, negócios de impacto etc., estabelecendo um conjunto de atores com perfil variado e com temas e estratégias variadas. Em segundo lugar está o esforço permanente das práticas na alocação desses recursos. Entendemos que a intenção não é suficiente; precisamos pensar em práticas de governan-



ça, transparência e modelos que contribuam para a efetividade da ação. E o terceiro eixo está vinculado ao adensamento do espaço para sociedade civil, associações comunitárias e comportamento do tecido de ação coletiva”, explica Zacchi.

A partir dos desafios apresentados pelo GIFE nessa agenda comum, a Agenda Pública passou a propor a produção e o compartilhamento de conteúdos de forma estratégica, promovendo atividades de reflexão, pesquisa e aporte de conhecimento dos parceiros e convidados envolvidos.

No que diz respeito a ampliar a discussão sobre a diversificação do investimento social privado, abarcando, assim, um leque mais abrangente de temas de interesse público, o 10º Congresso GIFE, realizado em abril de 2018, buscou propor caminhos. Trouxe para o centro do debate oito temas urgentes e relevantes do ambiente público nos quais a atuação do ISP se dá de forma ainda incipiente: cidades sustentáveis, equidade racial, água, mudanças climáticas, direitos das mulheres, migrações e refugiados, segurança pública e gestão pública.

A iniciativa inaugurou a série “O que o ISP pode fazer por...?”, cujo objetivo é diversificar e expandir a atuação do investimento social privado brasileiro, atraindo mais recursos e estimulando a reflexão acerca da contribuição do setor para a superação de alguns dos desafios mais complexos da atualidade.



“O CENSO GIFE APONTA QUE TEMOS MUITOS INVESTIDORES VINCULADOS AO TEMA DA EDUCAÇÃO. É UM DESAFIO PENSAR EM COMO NOS ARTICULAMOS MELHOR ENTRE INVESTIDORES E OUTROS STAKEHOLDERS PARA UMA AÇÃO AGREGADA E EXPANSÃO PARA OUTROS TEMAS E AGENDAS QUE ESTÃO NA PAUTA DA SOCIEDADE. COMO DIALOGAR ISSO? COMO TER ATORES QUE OS ABRACEM? SÃO QUESTÕES COM AS QUAIS ESTAMOS NOS DEPARANDO E QUE PASSAM POR UMA DISCUSSÃO CONTÍNUA. ESSE É, ENTRE OUTROS, UM ESFORÇO DE CONEXÃO COM A AGENDA GLOBAL VINCULADA AOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS).



José Marcelo Zacchi,
secretário-geral do GIFE



CONHECIMENTO EM REDE

A construção de parcerias e de uma agenda comum entre investimento social privado e políticas públicas passa pela articulação de diferentes repertórios para geração de conhecimento. Nesse sentido, a Agenda Pública tem trabalhado com diversos parceiros na produção de artigos e estudos que auxiliem o campo.

O estudo **Benchmarking do Investimento Social Corporativo – BISC** é resultado de uma parceria entre a Comunitas e um conjunto selecionado de empresas. Tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da gestão, além de avaliar investimentos sociais corporativos no Brasil. As questões abordadas fornecem um retrato da atuação social, sendo que parte delas acompanha a metodologia utilizada nos Estados Unidos pelo Committee Encouraging Corporate Philanthropy (CECP). A Agenda Pública contribuiu para a construção dos dois últimos levantamentos como especialista na área de

gestão pública.

Outra participação importante da organização foi na produção do **Censo GIFE 2016 e 2018**, no papel de debatedora, produzindo artigos que avançam na discussão sobre os enlaces entre política pública e ISP.

Valendo-se do trabalho em rede pelo GIFE, a Agenda Pública tem tido atuação frequente na **Rede Temática de Políticas Públicas** e na **Rede Temática de Desenvolvimento Local**, que ampliam e capilarizam essa discussão com os associados GIFE, principais investidores privados do Brasil.

Para a Agenda Pública, iniciativas dessa natureza têm se firmado como importantes espaços de diálogo para discutir arranjos institucionais que promovam a cooperação entre setores e que olhem para temas transversais do interesse público.

CAPÍTULO 5

MUNICÍPIOS IMPACTADOS POR GRANDES EMPREENDIMIENTOS

VISÃO INTEGRADA DOS IMPACTOS, LICENÇA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO

Nas últimas décadas, a Amazônia vem recebendo grandes investimentos em mineração, hidrelétricas e corredores logísticos estratégicos. A promessa é que essas obras sejam vetores potenciais de desenvolvimento regional, mas, na prática, estudos mostram que não há melhora dos indicadores sociais em regiões que as recebem. Ao contrário, muitas vezes o impacto negativo é exacerbado.

O que se observa nessa região é um quadro de desenvolvimento bastante vulnerável: 98% dos municípios estão abaixo da média do país no Índice de Progresso Social (IPS) – medida que aglutina 43 indicadores de bem-estar social e ambiental. Simbolicamente, os dez

municípios com os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) em todo o território nacional estão situados na região Norte. O mesmo se pode dizer da renda per capita, 26% inferior à marca nacional.

Os dados fazem parte do estudo Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes, cujo objetivo foi organizar e evidenciar lições aprendidas e recomendações, seja nas políticas públicas, seja nas práticas empresariais, para que se estabeleça um novo tipo de relação entre os grandes empreendimentos e os territórios que lhes são alvo.

Liderada pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade (FGVces) da Escola de Administra-

ção de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP) e pela International Finance Corporation (IFC) – do Grupo Banco Mundial –, a iniciativa contou com o engajamento de cerca de 500 pessoas e 200 instituições durante quinze meses, entre 2015 e 2016, dedicados a formular diagnósticos, ferramentas práticas e um conjunto de diretrizes em seis frentes temáticas, a saber: Planejamento e Ordenamento Territorial; Instrumentos Financeiros; Capacidades Institucionais; Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas; Crianças, Adolescentes e Mulheres; e Supressão Vegetal Autorizada.

Estudando territórios alvos de grandes obras nos últimos quinze anos, o FGVces notou a repetição de alguns erros. “Os municípios não estão preparados para esse excesso de pessoas chegando e há baixas capacidades instaladas, tanto por parte das prefeituras quanto dos empreendedores, para lidar com essas questões. O processo de licenciamento ambiental, muitas vezes, é lento e com falhas, e há violação de direitos humanos. Em última instância, não se consegue levar a esses territórios o vetor de desenvolvimento prometido”, observa Daniela Gomes Pinto, coordenadora

“**EM ÚLTIMA INSTÂNCIA, NÃO SE CONSEGUE LEVAR A ESSES TERRITÓRIOS O VETOR DE DESENVOLVIMENTO PROMETIDO.**”

Daniela Gomes Pinto, coordenadora do programa Desenvolvimento Local do FGVces e da iniciativa.

do programa Desenvolvimento Local do FGVces e da iniciativa.

Heloisa Kavinski, coordenadora regional da Agenda Pública na Amazônia, explica que o trabalho gerou um conjunto de orientações para ações, em sua maioria voluntárias, ou seja, não determinadas por lei, mas que contribuem para fortalecer as garantias socioambientais.

A coordenadora observa que os apontamentos desse extenso diálogo preconizam a necessidade de consolidação de estratégias multissetoriais que permitam transcender a cultura atual de megaprojetos planejados para a Amazônia com uma lógica centrada no âmbito setorial dos empreendimentos – mineração, agronegócio, energia etc. – e segundo metas macroeconômicas nacionais. “Na lógica atual, há baixa conexão entre os megaprojetos de infraestrutura implementados na Amazônia e as reais demandas sociais locais. Nessa perspectiva de empreendimentos descolados da visão local e compartilhada de futuro, tendem a se consolidar as violações de direitos e a se perder importantes oportunidades para o desenvolvimento econômico dos municípios da Amazônia”,

DESENVOLVIMENTO, UM PROBLEMA COMPLEXO

Buscando contribuir com a criação de um espaço de diálogo entre diversos setores para a construção de uma política territorial que fortaleça a economia, a Agenda Pública liderou, em novembro de 2018, o ODSLab “Estratégias para Dinamizar a Economia de Municípios da Amazônia”. O laboratório, que envolveu atores dos diversos setores – público, privado e sociedade civil – foi a semente para a criação de uma Rede de Desenvolvimento Econômico para os municípios da Amazônia. “Ainda embrionária, a Rede se propõe a ser um elo para o fortalecimento do diálogo entre as instituições que trabalham na região no que se refere à fertilização de um novo arranjo para o desenvolvimento econômico local”, aponta Heloisa.

ADVOCACY

Todo esse trabalho de articulação e formulação levou à reflexão acerca da necessidade de uma política pública nacional para territórios que recebem grandes obras. Pensando nisso, o FGVces vai iniciar, em janeiro de 2019, um trabalho para a construção dessa política.

“Como fazer isso na prática? Não é fazendo curso para a prefeitura. É estabelecendo um processo contínuo de fortalecimento das capacidades. E não só das prefeituras, mas das empresas, dos órgãos públicos, dos órgãos interventores e licenciadores, das subcontratadas e da sociedade civil. Essa última, especialmente, precisa estar empoderada para responder e lutar à altura do desafio que é a avalanche de poder político que chega com o empreendimento. Temos discutido que todas essas são avenidas onde

as políticas públicas brasileiras poderiam avançar. Então, é como se fosse a fase dois das diretrizes que agora se transformarão em uma política nacional”, explica Daniela.

A Agenda Pública, por sua vez, planeja uma série de ações para 2019 – como os ODSLabs e Encontros Regionais da Estratégia ODS –, voltadas para dar suporte a municípios e territórios a fim de que estes possam se antecipar à chegada de grandes obras, qualificando o diálogo e buscando uma nova perspectiva que contemple tanto a visão setorial e macroeconômica quanto a visão local e territorial. “Uma visão de futuro multisetorial e compartilhada. Um grande desafio em tempos de diálogos polarizados, mas que a Agenda Pública abraça, compreendendo-o como intrinsecamente ligado à sua missão”, afirma Heloisa.

CAMINHOS PARA O FUTURO

Se a nossa missão tem o seu cerne no fortalecimento de equipes, instituições e territórios, o advocacy que fazemos busca um desenvolvimento sustentável e inclusivo, que garanta o bem-estar do cidadão por meio de serviços públicos inteligentes, simples e humanos.

Cooperação e coordenação sempre estarão na base do trabalho que desenvolvemos. Mas como fazemos isso na prática? Por meio da comunicação e promoção de encontros e debates com atores-chave; formações dinâmicas para mostrar as mais recentes inovações e ferramentas, com foco num advocacy de alto nível; a participação em redes e arranjos insti-

tucionais, propondo boas práticas, parcerias e a coprodução de soluções; e implementação de metodologias e projetos estratégicos, tendo em vista um intercâmbio intersetorial.

E quais agendas estratégicas estarão na pauta futura? Qualidade do Serviço Público; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); Transparência e Governo Aberto; e Desenvolvimento Local e Sustentável da Amazônia Brasileira.

Os desdobramentos e ações práticas dessas agendas serão os mais variados, mas já temos algumas novidades. A principal delas é o Fes-





tival ODS. Já pensou num espaço interativo e dinâmico capaz de mostrar as mais recentes ferramentas e principais inovações sobre os ODS? O festival veio para mostrar que essa realidade existe, e vai bater à sua porta! Num formato itinerante, a cada edição vamos percorrer o país com soluções sobre um objetivo específico, adequado àquele local.

Os ODSLabs vão ganhar ainda mais fôlego e abrangência. Temas como desenvolvimento econômico e redução das desigualdades na região da Amazônia brasileira, acesso à água e saneamento no Nordeste, agricultura sustentável no Centro-Oeste, cidades e comunidades sustentáveis nas regiões Sul e Sudeste vão ser abordados sob o lema de “não deixar ninguém para trás”.

A mobilização, formação a distância e facilitação de conteúdo para os órgãos de controle do país – Tribunais de Contas – nos próximos anos ampliará o trabalho sobre os ODS que já desenvolvemos com o estado de São Paulo, qualificando a implementação da Agenda 2030 no Brasil.

As formações do Open Master também vão continuar. Em 2019, abordaremos dois temas estratégicos e imprescindíveis: Qualidade do Serviço Público – personalização e simplificação; e Reimaginando a Participação Social. Os insumos produzidos – como as publicações

com propostas aplicáveis e exequíveis – serão usados pela administração pública.

Por último, mas não menos importante, a manutenção das nossas parcerias, redes e coalizões, bem como a sua ampliação, está na pauta das ações futuras. Nesses espaços, influenciamos e somos influenciados, maximizando o impacto do nosso trabalho. Hoje estamos presentes no Movimento Agora; Pacto Pela Democracia; Coalizão Clima, Floresta e Agricultura; Redes Temáticas do GIFE; Rede de Advocacy Colaborativo; GovTech; Rede de Inovação em Governo; RETPS; Festival de Inovação e Impacto Social; e Encontros dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável.

Assim, o nosso caminho para o futuro aponta para uma construção inteligente, em direção à mudança, por meio de uma jornada coletiva e atenta à construção de soluções orientadas para e pelo cidadão. Envolve as esferas governamentais, empresas e sociedade civil. Envolve todas e todos nós! Vamos juntos?

Sara Belém,
coordenadora de advocacy
da Agenda Pública.

INICIATIVA



DIREÇÃO GERAL

Sergio Andrade

COORDENAÇÃO

Sara Belém

COMUNICAÇÃO

Talita Perna

REALIZAÇÃO



COORDENAÇÃO E EDIÇÃO DE CONTEÚDO

Rodrigo Bueno

TEXTOS

Amanda Proetti

Gabriela Moulin

Luciana Cavalini

IMAGENS

Acervo Agenda

Pública

Alex Fisberg



www.agendapublica.org.br
contato@agendapublica.org.br

Escritório em São Paulo
11 3487.2526 e 3496.0602

R. Pais Leme, 215, conjuntos 1501/1502,
Pinheiros, São Paulo-SP, 05424-150